

INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA: UM ESTUDO DAS AÇÕES E PROPOSTAS DO CURSO DE LICENCIATURA EM QUÍMICA NO CAMPUS I DA UEPB

Daniella de Brito Barbosa

Universidade Estadual da Paraíba – UEPB hotmail.com

Leossandra Cabral de Luna

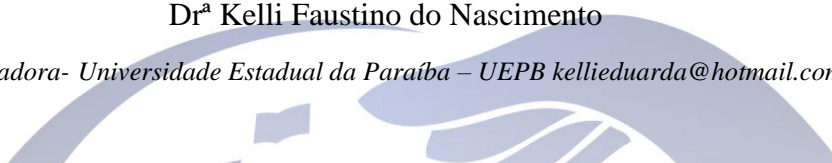
Universidade Estadual da Paraíba – UEPB leossandra.cabral@hotmail.com

Thays Mara Gonçalves da Silva

Universidade Estadual da Paraíba – UEPB thaysmaraby@gmail.com

Dr^a Kelli Faustino do Nascimento

Orientadora- Universidade Estadual da Paraíba – UEPB kelleduarda@hotmail.com



Resumo

A inclusão escolar tem sido um tema bastante discutido, tanto nos espaços acadêmicos como em outros espaços sociais, pois o processo de exclusão social que marca o modelo de sociedade da qual fazemos parte, também vai refletir na escola. A proposta de uma educação inclusiva surge da luta de muitos movimentos em âmbito internacional. É a partir da Declaração de Salamanca, em 1994, que no Brasil a proposta de uma educação inclusiva toma força e vai ter vários desdobramentos teóricos, políticos e sociais para que a educação inclusiva aconteça. Nosso estudo teve como objetivo principal identificar a presença ou não de alunos com deficiência ingressos no curso de química da UEPB e apontar de que forma se dá a inclusão destes, qual o suporte que a universidade e o Colegiado do curso proporcionam a estes alunos, no que diz respeito à estrutura física do prédio, a formação específica do corpo docente, materiais didáticos específicos e tutores para auxílio às necessidades destes estudantes. A pesquisa apontou que apesar do esforço da UEPB como um todo, e do curso de química em particular, para inclusão de alunos com deficiência, ainda existe uma grande necessidade de melhorar à estrutura física dos prédios, de uma maior formação dos docentes e de investimentos em matérias didáticos pedagógicos para que se possa trabalhar com os alunos que apresentem alguma deficiência.

Palavras-Chave: Inclusão, Alunos com deficiência, Formação.



INTRODUÇÃO

O tema inclusão escolar tem sido debatido amplamente, tanto nos espaços acadêmicos como em outros espaços sociais, pois o processo de exclusão social que marca o modelo de sociedade da qual fazemos parte, também vai refletir na escola. A proposta de uma educação inclusiva surge da luta de muitos movimentos em âmbito internacional. No Brasil, apesar de nos anos 50 já existir ações isoladas de atendimento e integração a comunidade de pessoas com deficiência, é a partir da Declaração de Salamanca, em 1994, que a proposta de uma educação inclusiva toma força e vai ter vários desdobramentos teóricos, políticos e sociais para que tal proposta fosse de fato concretizada.

Embora a nossa compreensão de inclusão escolar esteja aliada a de vários autores, a exemplo de Mitjans Martínez (2007), que defende que a inclusão escolar deva ser compreendida a partir da necessidade de um processo educativo que garanta a todos os alunos uma educação de boa qualidade, independente da sua condição socioeconômica, de gênero, raça, religião ou de limitações físicas, nosso objeto de estudo tem como foco principal os alunos com algum tipo de deficiência física.

O interesse em trabalhar essa temática surgiu, sobretudo, a partir dos debates desenvolvidos na disciplina de Tópicos em Educação Especial promovido pelo curso de química. As discussões teóricas metodológicas fizeram surgir inquietações no sentido de descobrir sobre quais as ações e propostas que o Departamento do Curso de Licenciatura Plena em Química da Universidade Estadual da Paraíba oferece aos alunos ingressos que possuem algum tipo de deficiência física ou mental. Nesse sentido, a partir de uma pesquisa de cunho qualitativo, procuramos investigar junto à coordenação do curso, do corpo docente sobre quais e como ocorrem ações e propostas com vistas à inclusão de alunos que apresentam alguma deficiência física.

Nosso estudo teve como objetivo principal identificar a presença ou não de alunos com deficiência ingressos no curso de química e apontar de que forma se dá a inclusão destes alunos, qual o suporte que a UEPB e o Colegiado do curso proporcionam a estes discentes, no que diz respeito à estrutura física do prédio, a formação específica do corpo docente, materiais didáticos específicos e tutores para auxílio às necessidades destes estudantes. Para este artigo, optamos apresentar apenas uma parte da pesquisa, sendo escolhida a parte da entrevista realizada com os professores do curso de química.

PERCURSO METODOLÓGICO

Para o desenvolvimento da pesquisa realizamos um estudo bibliográfico sobre educação especial, considerando seus aspectos históricos e sociais, bem como o surgimento dessa discussão aqui no Brasil. Estudamos sobre a diferença entre integração e inclusão de pessoas com deficiência e as políticas públicas de educação inclusiva. A partir do referencial teórico elaboramos um projeto de pesquisa, que foi desenvolvido durante o mês de abril no Curso de Química da universidade Estadual da Paraíba. Para a coleta de dados, elaboramos dois roteiros de entrevistas semiabertas, que foram realizadas com os professores e alunos 1º, 8º e 9º período do turno do referido curso.

Optamos pelo uso da entrevista porque segundo Lakatos e Marconi (2007) entre outras, coisas ela possibilita uma maior flexibilidade ao entrevistador, podendo este repetir ou esclarecer perguntas, dar oportunidade para obtenção de informações que não se encontram em fontes documentais e que podem ser significativas e relevantes para o estudo que está sendo desenvolvido.

Foram entrevistados três professores, um da área de Química Pura, um da área de Educação em Química e o Coordenador atual do curso. As questões das entrevistas tinham como base avaliar o tempo de atuação no curso, a formação do professor com vistas à educação inclusiva e qual a percepção sobre os alunos com deficiência no processo de aprendizagem.

Com os dados obtidos utilizamos o recurso de construção de gráficos e análise descritiva, buscando estabelecer uma relação entre os mesmos. A análise dos dados obtidos com a entrevista feita com os docentes do curso foi realizada a partir da técnica de análise de conteúdo de Bardin (2009), em que análise de conteúdo, enquanto método, torna-se um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, a discussão desses resultados se deu à luz do referencial teórico utilizado no decorrer da pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os professores entrevistados se mostraram abertos e interessados em participar da pesquisa e dos possíveis frutos que ela pode trazer no que tange à inclusão no curso de Licenciatura em Química da UEPB. A partir da organização das categorias I, II, III, IV e V foi possível sistematizar 13 subcategorias que foram mostradas separadamente e discutidas a luz do referencial teórico do objeto de estudo dessa pesquisa corroborando com os objetivos propostos.

Tabela 1: Há quanto tempo você atua no curso de Licenciatura em Química?

Categoria I

Subcategorias	%	Fala dos sujeitos
1.1 18 anos	33,3% (1 dos entrevistados)	<i>“Desde 1998”</i>
1.2 12 anos	33,3% (1 dos entrevistados)	<i>“Desde 2004”</i>
1.3 2 anos	33,3% (1 dos entrevistados)	<i>“ Desde 2014”</i>

Fonte: Dados da pesquisa (2016)

De acordo com a tabela 1 os professores possuem um tempo variado de experiência docente no curso, o que enriquece a nossa pesquisa. O tempo de experiência maior de docência pode nos fornecer dados relevantes, uma vez que se demonstra um expressivo conhecimento de caso e a permanência pôde nos proporcionar relatos de se houve ou não a existência de estudantes com alguma deficiência e de que forma esse(s) sujeito(s) foram ou não incluídos. TARDIF (2002, apud. Werle, et. al., 2014) afirma que a docência superior é uma profissão constituída no dia a dia da atuação, envolvendo saberes construídos pelos professores nos diferentes espaço/tempo de vida.

Tabela 02: Qual a sua formação?

Categoria II		
Subcategorias	%	Fala dos sujeitos
2.1 Licenciatura em Química e Pós-graduação em Química Pura	33,3% (1 dos entrevistados)	<i>“Licenciado em Química , Bacharel em Química Industrial, Engenheiro Químico, Mestre em Engenharia Química, Doutor em Engenharia de Processos, Engenharia de Segurança do Trabalho em andamento..”</i>
2.2 Licenciatura em Química e Pós-graduação em Química Pura e Ensino de Química	33,3% (1 dos entrevistados)	<i>“Licenciatura em Química, Mestre em Físico-Química, Doutorado em andamento na área de Educação Química.”</i>
2.3 Licenciatura em Química e Pós-graduação em Ensino de Química	33,3% (1 dos entrevistados)	<i>“Licenciatura em Química, Mestre em Ensino de Química.”</i>

Fonte: Dados da pesquisa (2016)

Conforme os dados colhidos na pesquisa, os docentes possuem formação acadêmica em Licenciatura em Química, com pós-graduações relevantes e linhas de pesquisas em três campos distintos e vastas experiências a serem consideradas, enriquecendo ainda mais o campo de estudo a ser trabalhado com os alunos do referido curso. Concordamos com NÓVOA (1992) ao afirmar que

a formação não se desenvolve por aglomeração de cursos, de conhecimentos ou de técnicas, mas sim através de práticas reflexivas críticas sobre as (re)construções contínuas de uma identidade pessoal. Portanto, é tão significativo investir na formação discente e dar estatuto ao conhecimento que surge da teoria e da experiência. E ainda, que a formação faz-se no esforço da inovação e da procura de excelentes percursos para a transformação da escola. É importante destacar que, mesmo os docentes não possuindo uma formação acadêmica voltada para a educação inclusiva, isso não se constitui impedimento para o trabalho na perspectiva da inclusão, pois se existir uma sensibilidade, um olhar atento para essa demanda, é um bom começo para a busca pelos direitos e mudança na prática pedagógica frente ao desafio de ministrar aulas para um aluno com deficiência, seja ela física ou mental, e dessa forma contribuir no sentido de que a prática inclusiva se torne efetiva.

Tabela 03: Qual a área de concentração em Química em que atua como docente na UEPB?

Categoria III		
Subcategorias	%	Fala dos sujeitos
3.1 Química Orgânica	33,3% (1 dos entrevistados)	<i>“Ministro as disciplinas de Química Orgânica teórica e experimental.”</i>
3.2 Coordenação do Curso	33,3% (1 dos entrevistados)	<i>“Estou na coordenação do curso de Licenciatura em Química e como docente em disciplinas de prática pedagógica e estágio.”</i>
3.3 Ensino de Química	33,3% (1 dos entrevistados)	<i>“Atuo como docente das disciplinas de pesquisa em ensino de química e estágio supervisionado.”</i>

Fonte: Dados da pesquisa (2016)

Em conformidade com a tabela 3 da pesquisa, constatamos que o campo de concentração dos profissionais de educação do curso de química é variado, observamos no entanto, que existem três principais áreas de atuação, a da Química pura, com concentração em orgânica tanto teórica quanto prática; na parte documental na coordenação e no campo de prática pedagógica e estágio; e outro no campo de ensino. O Ministério da Educação Conselho Nacional de Educação através de BARRETO, OLIVEIRA e BEZERRA (2001), nos relata que o professor de Licenciatura em Química deve dispor de habilidades que o qualifique para a preparação e desenvolvimento de recursos didáticos e instrucionais referentes à sua prática e

avaliação da qualidade do material disponível no mercado, além de ser educado para intervir como pesquisador no ensino de Química.

Tabela 04: Durante todos os seus anos de experiência como professor(a) no curso de Licenciatura em Química na UEPB, Campus I, você teve algum contato com alunos com algum tipo de deficiência? Quais?

Categoria IV		
Subcategorias	%	Fala dos sujeitos
4.1 Não	33,3% (1 dos entrevistados)	“Não.”
4.2 Sim, deficiência visual.	33,3% (1 dos entrevistados)	“Um aluno com baixa visão”
4.3 Sim, transtornos psicológicos e depressão.	66,6% (2 dos entrevistados)	“Alguns alunos com déficit de concentração.” “Apenas um aluno com depressão.”

Fonte: Dados da pesquisa (2016)

A tabela IV, nos mostra que os professores entrevistados, durante seu tempo de trabalho na UEPB, só tiveram contato com alunos que possuísem as seguintes deficiências: baixa visão, déficit de atenção e depressão, ficando assim evidente que são poucos os alunos com deficiência que procuram ingressar no curso de química. Diante desse dado, faz-se oportuna uma discussão mais aprofundada sobre o que leva essa ausência de alunos com deficiência no curso, mas isso poderá ser feito em outro momento. É importante ressaltar que a Lei 9.394/96 da LDB prevê que estudantes com deficiência possuem o direito de frequentarem salas de aulas regulares (BRASIL, 1996), o que se estende ao ensino superior. Mas sabemos que muito ainda precisa ser melhorado para que ocorra uma educação de qualidade com vistas à inclusão de alunos com algum tipo de deficiência no sistema regular de ensino.

Tabela 05: Na sua concepção existe alguma limitação no ensino de Química para alunos com deficiência? Quais?

Categoria V		
Subcategorias	%	Fala dos sujeitos
		“Não existem limites para o ser humano. Qualquer aluno pode ingressar e concluir o curso desde que haja esforço e



<p>5.1 Não</p>	<p>100% (3 dos entrevistados)</p>	<p><i>dedicação. ”</i></p> <p><i>“ Não existem limitações do ponto de vista cognitivo, qualquer aluno, com necessidade especial ou não, pode sim concluir o curso de Licenciatura em Química. Diante de alguma limitação cabe à UEPB e ao professor buscar meios para que o processo de ensino e aprendizagem ocorra. Profissionais capacitados que auxiliem o docente e ao aluno. ”</i></p>
-----------------------	---	--

Fonte: Dados da pesquisa (2016)

Conforme mostra a entrevista, no momento em que os professores são questionados em relação às possíveis limitações que pode haver no curso para alunos com deficiências, os mesmos revelam que não há por que um aluno com alguma deficiência não cursar Licenciatura em Química, mas sim que tanto a instituição, como os professores têm que se adequar para que haja uma interação destes alunos e que eles possam aprender do melhor modo possível. Considerando o que foi afirmado por MIRANDA e FILHO (2012), para que alunos deficientes estejam nos espaços das escolas e universidades são necessárias políticas educacionais públicas que assegurem ao professor o direito ético da formação de qualidade. As reflexões teóricas sobre o processo de formação dos professores vem nos mostrando que é cada vez mais urgente desenvolver uma formação que considere a diversidade dos alunos, tenham eles deficiência ou não.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da pesquisa realizada foi possível observar que: O público de alunos com necessidades especiais ingressos ou concluintes no curso de Química é muito pequeno ou inexistente. Os professores do departamento de química não possuem formação inicial ou continuada na área de educação especial/inclusiva, porém, demonstraram interesse em obter essa formação visando propiciar um melhor ensino. Observamos ainda, que em relação à qualificação dos professores, como dois deles são antigos no curso, não tiveram a oportunidade de obterem formação para lidar com alunos com deficiência, e o que está há pouco tempo na instituição, mesmo

tendo sido formado a menos tempo que os demais, também não obteve uma formação para saber como trabalhar em sala de aulas com alunos deficientes.

A pesquisa nos mostrou que apesar do esforço da UEPB como um todo, e do curso de química em particular, para inclusão de alunos com deficiência, precisam estar mais bem preparados para trabalhar com esses alunos, tanto no que diz respeito à estrutura física como os aspectos em que se relacionam a formação de pessoal. Neste sentido, conforme os dados coletados, observamos que corpo docente necessita de formação complementar para saber como lidar e como ensinar estes alunos quando ingressarem no curso. Observamos ainda a escassez de alunos deficientes no curso de química, o que demanda uma reflexão mais aprofundada e crítica sobre os motivos que tem gerado essa ausência.

Apesar de tudo o que foi apontado anteriormente, percebemos que o PPC de Química vem atendendo as necessidades exigidas pelo MEC, no que diz respeito ao processo de formação inicial dos professores para atuar na educação básica com competências para educação inclusiva, entretanto ainda está aquém daquilo que é esperado para atingir a meta da inclusão, pois existe uma real necessidade de profissionais capacitados para o atendimento de alunos especiais, profissionais que sejam não apenas docentes, mas também outros profissionais, como intérpretes, etc., além disso, precisa de investimento em materiais didáticos para trabalhar com o público aqui referendado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2009.

BARRETO, S. C. F.; OLIVEIRA, S. A. C.; BEZERRA, F. C. R. **Ministério Da Educação**

Conselho Nacional De Educação. In: Portal do MEC. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES1303.pdf> , acesso em 15 de outubro de 2016.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e B. Lei nº 9.394/96**, de 20 de dezembro de 1996.

CARVALHO, Rosita Edler. **Escola Inclusiva: a reorganização do trabalho pedagógico**. Porto Alegre: Mediação, 2012.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, E. M. de. A. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MACHADO, Adriana Marcondes. Et al. **Psicologia e Direitos Humanos: Educação Inclusiva - Direitos humanos na Escola**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.



MITJÁNS MARTÍNEZ, Albertina. Inclusão Escolar: Desafios para o psicólogo. In MITJÁNS MARTÍNEZ, Albertina (Org.) **Psicologia Escolar e Compromisso Social: novos discursos, novas práticas**. 2ª Edição. Campinas, São Paulo: Editora Alínea, 2007.

MIRANDA, G. T.; FILHO, G. A. T. **O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares**. – Salvador: EDUFBA, 2012.

NÓVOA, A. **Formação de professores e profissão docente**. In: Repositorio. 1992. Disponível em: http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/4758/1/FPPD_A_Novoa.pdf, acesso em 15 de outubro de 2016.

WERLE, N.; SILVA, M.T.; VARGAS, T. L.G.; SIMON, F.L. **A Influência da Experiência Profissional Prévia à Atuação Docente**. In: Fórum Internacional de Pedagogia. 2014. Santa Maria, 2014. Disponível em: http://editorarealize.com.br/revistas/fiped/trabalhos/Modalidade_2datahora_24_05_2014_14_45_39_idinscrito_1302_fef16e41ae1f10aed720ceb9668a6908.pdf, acesso em 21 de outubro de 2016.



